PROPOSTA DA JUVENTUDE



PARA O GAMPO BRASILEIRO

Sumário

	hecendo a juventude do campo, das águas e das estas, sua diversidade e desafios			
1.	Reforma Agrária que priorize a juventude 6			
2.	Acesso a políticas públicas 6			
3. cent	Participação Política: A Juventude do Campo no ro da reconstrução do Campo Brasileiro			
4.	Bolsa Permanência no Campo 8			
5. Aml	Apoio à Produção de Alimentos e Conservação siental			
6.	Agroindustrialização 10			
7.	Comercialização 11			
8.	Internet, Tecnologia e Inclusão 11			
9.	Cultura, Arte, Esporte e Lazer 12			
10 .	Educação do Campo e Formação Técnica 12			
11.	CNH Social			
Refe	Comercialização			

Conhecendo a juventude do campo, das águas e das florestas, sua diversidade e desafios:

Somos jovens ribeirinhos, quilombolas, quebradeiras de coco, extrativistas, pescadores artesanais, posseiros, agricultores, sem-terra, indígenas, fundo e fecho de pasto, povos do campo, águas e florestas. O que nos une é a produção diversificada de alimentos e a relação de cuidado com a terra e com os bens da natureza.

Neste momento crucial de nossa história, em que o povo brasileiro precisa defender a democracia para garantir nas urnas o retorno de um governo popular, nós, jovens do campo, floresta e águas, afirmamos a importância da defesa dos nossos Territórios contra os avanços do grande capital Agro Hidromineral. Para nós, Território perpassa pela ideia do espaço material e imaterial de reprodução coletiva da Vida, por meio do trabalho, da cultura, da espiritualidade e da convivência com a natureza. Deste modo, compreendemos que o acesso e o controle Territorial é o fator fundamental que constitui a soberania e a autodeterminação dos povos.

No seio dos movimentos populares, temos acumulado que a condição de juventude dá-se em um contexto concreto, com recorte social, econômico, político, cultural, sexual, étnico-racial e de gênero, no qual nos inserimos, associado a uma construção e experimentação que atribui significado a esse momento da vida, isto é, uma dimensão histórico-geracional, revelada a partir da sociabilidade. Podendo ser entendida como um direito, uma conquista histórica. Somos, portanto, sujeitos políticos.

No campo, essas condições vêm, historicamente, sido negadas, e são atravessadas pelo avanço do agronegócio sob nossos territórios, impondo a migração de um grande número de jovens do campo, florestas e águas para os centros urbanos, onde, no atual momento que vivemos, poucas

possibilidades têm sido possibilitadas também, com o cenário de profunda crise econômica e social que vivemos. Neste contexto, é imprescindível criarmos políticas estruturantes que possibilitem trabalho, renda e condições de permanecer e viver bem no campo - com dignidade e vida saudável, com condições para produzir alimentos, acesso à saúde, educação e cultura, mas também condições de inclusão digital e internet, possibilitando à geração de renda e melhoria na qualidade de vida.

Como sabemos, cerca de 70% da produção de alimentos vem da agricultura familiar e camponesa. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), 3.897.408 estabelecimentos atenderam aos critérios da Lei e foram classificados como agricultura familiar, o que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários levantados. Juntos perfazem uma área de 81 milhões de hectares, ou seja, 23% da A mão de obra familiar conta com o trabalho dos jovens, no entanto, na maioria das vezes esses jovens não participam da divisão da renda mesma. A produção de alimentos saudáveis e agroecológicos é uma forte bandeira da juventude e das mulheres, mas há necessidade de apoio e fomento do estado para viabilizar a produção e comercialização.

Se observamos os Censo Agropecuários 2006 e 2017, observamos que a comparação por classe de idade aponta um crescimento na participação, nas classes dos produtores mais idosos, conforme poderemos ver na tabela abaixo¹.

Casses de idade	Total		Percentual por classe %	
	2006	2017	2006	2017
Menor de 25 anos	170.583	100.357	3,3	2
25 a menos de 35	701.727	469.068	13,6	9,3
35 a menos de 45	1.135.153	904.143	21,9	17,9
45 a menos de 55	1.208.120	1.224.488	23,3	24,2
55 a menos de 65	1.053.352	1.186.702	20,4	23,5
65 pra frente	904.143	1.171.767	17,5	23,2

Fonte²: censo agropecuário de 2017.

Ainda que possamos expandir a idade da juventude para até 35 anos, percebemos que ela está no comando de apenas 11,3% dos estabelecimentos rurais. O que é menos da metade da faixa dos estabelecimentos rurais administrados por pessoas a partir dos 65

anos, que é de 23,2%. Além disso, percebemos nesses dados do Censo que diminuiu em 5,6% a quantidade de jovens administrando estabelecimentos rurais entre o

censo de 2006 e o de 2017. Portanto, o campo tem ficado cada vez mais envelhecido. Existem vários elementos responsáveis por essas estatísticas, mas a falta do acesso à terra e dificuldade em acessar o crédito - ou seja, as condições básicas para produzir e ter renda no campo - são os grandes limites que fazem com que cada vez mais a juventude vá migrando para as cidades.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2020, temos no Brasil 6,1 milhões de jovens rurais entre 15 e 29 anos. Portanto, se queremos garantir a continuidade da produção de alimentos para abastecer as mesas do povo brasileiro, que como vimos é a agricultura familiar a grande responsável por isso, se faz necessário e urgente políticas que estimulem a permanência da juventude no campo.

Nesse sentido, diante do cenário de crise econômica, política, social, ambiental e sanitária, em que a fome volta a bater à porta dos trabalhadores, a precarização do trabalho da juventude, e a tragédia ambiental que passa o nosso país, a garantia do abastecimento de alimentos que sejam produzidos com responsabilidade para com a natureza se torna fundamental, as políticas de auxílio que fomentem a renda e autonomia das famílias agricultoras, com o protagonismo

da juventude e das mulheres. Portanto, apresentamos esta formulação que resulta do debate, organização e articulação que vem sido construída entre a Juventude do campo, das águas

e das florestas, tratando-se de uma plataforma síntese para a luta política e mobilização da juventude camponesa para esse período.

1 / Reforma Agrária que priorize a juventude

Defendemos a Reforma Agrária como principal meio de acesso à terra para aqueles (as) que nela querem trabalhar, priorizando a juventude:

- a) Destinando 30% dos novos lotes da reforma agrária para a juventude que quer viver no campo, garantindo a paridade de gênero.
- b) Alterando normativo do INCRA possibilitando a priorização da juventude, incluindo jovens solteiras/os.
- c) Priorizando a destinação dos lotes retomados em assentamentos constituídos para as/os jovens das famílias assentadas.
- d) Normatizando a transferência de posse dos lotes da reforma agrária para herdeiras/os.

OS TRABALHADORE

BRASIL

A Reforma Agrária deve ser ampla, sendo realizada em todo o território nacional; massiva; imediata; de qualidade, ou seja, com políticas públicas que garantam o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental das famílias; com participação e controle social, isto é, com a participação dos(as) trabalhadores(as) e de suas organizações representativas; e que reconheça as especificidades dos diversos sujeitos do campo, da floresta e das águas, jovens, mulheres, idosos(as) e população LGBTQIA+ na luta e efetivação da Reforma Agrária e nas relações étnico-raciais.

2 / Acesso a políticas públicas

Desburocratizar o acesso da juventude às políticas de crédito, fomento e auxílios (bolsas), assim como às demais políticas públicas, considerando as informações acerca da

propriedade e/ou uso da terra pela família contidas no Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), ou, quando necessário, garantir mecanismos em que o acesso às políticas não exijam/dependam da comprovação da posse ou da propriedade da terra, pois o documento está no nome dos pais, e inviabiliza que a maioria do jovens tirem a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), impedindo o acesso às políticas públicas.

Além disso, considerar juros menores (0,5%) e período de carência de cinco anos, para garantir que a juventude não fique endividada. Considerando, neste sentido, que as medidas são possibilitar medidas emergenciais de jovens que estão sob condições vulneráveis, em razão da ausência de política de acesso à educação, saúde, transporte, energia, alimentação de qualidade, ou de renda, e que dependem de assistência social, ou qualquer tipo de auxílio emergencial, cesta básica ou bolsa governamental, tendo em vista, a demanda recursos para fortalecimento da agricultura familiar e camponesa com a perspectiva de diminuir a desigualdade, a migração da juventude e combater a fome.

3 / Participação Política: A Juventude do Campo no centro da reconstrução do Campo Brasileiro

Defendemos a criação de uma Política Nacional para Juventude do Campo, das Águas e Florestas, que foi pelo governo Bolsonaro, com destruída acões programáticas, intersetorial e interministerial, com previsão orçamentária. Para tanto, reiteramos necessidade de retomada da Secretaria Nacional da com status Juventude. de Ministério estabelecimento do Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE, como instância que articule formulação das políticas programáticas validação deliberação do fundo orçamentário monitoramento - avaliação.

4 / Bolsa Permanência no Campo

Medida que tem como objetivo mitigar a crise econômica e social aprofundada pela pandemia, pelo período de 03 anos, que estimule jovens recém-formados – ensino médio, técnico ou superior - a retornar e/ou permanecer no campo. A União Europeia já criou uma política pública com esta finalidade e lá já vemos significativa volta ao campo em vários países. A Bolsa Permanência no Campo poderá ser destinada a jovens camponeses/as (ou de origem urbana que queiram viver no campo) com idade entre 17 a 29 anos de idade, que tenham concluído o ensino médio ou estejam cursando ou concluído cursos técnicos, tecnólogo ou graduação em qualquer área do conhecimento, que queiram permanecer ou retornar e viver no campo, vinculando-se à produção agroecológica e serviços para o desenvolvimento rural sustentável, com critérios e exigências claras.

Uma bolsa pelo prazo de três anos é para estabilizar e consolidar a relação com a terra e as comunidades camponesas, com um valor que seja compatível – R\$ 900 (nível médio) e R\$ 1,200 (nível superior) – além de financiamento a projetos produtivos e agroindustriais destinados a garantir e sustentar a permanência da juventude na produção de alimentos.

5 / Apoio à Produção de Alimentos e Conservação Ambiental



conservação ambiental, uma vez, que a Juventude do Campo, das Águas e das Florestas, já são sujeitos que incorporam o enfrentamento à questão ambiental nas suas iniciativas produtivas e têm acumulado em torno da matriz tecnológica da agroecologia, mas encontram limites na falta de recursos, tecnologias, e assistência técnica.

a) Fomento à Produção de Alimentos, direcionado à Juventude e suas especificidades, com caráter emergencial, deve superar barreiras estruturais, garantindo fácil acesso aos jovens produtores de

fácil acesso aos jovens produtores de alimentos, com a isenção da necessidade de posse ou propriedade de terra. Com créditos específicos para manutenção de agroecossistemas que abarque o investimento em pequenas criações, créditos para horticultura (produção de frutos, hortaliças, silvicultura e flores),

instalação e manutenção de sistemas de irrigação e acesso a água para a juventude do campo, das águas e das florestas.

b) **Sistemas de Produção Agroflorestal I** – Crédito para a diversificação da produção da Juventude do Campo, das Águas e das Florestas. Com o objetivo de diversificar a disponibilidade de alimentos em meio a Pandemia, o Crédito deve ser facilitado a Jovens que estejam em fase de ampliação de itens produzidos na unidade de produção. Assim, ele precisa ter um prazo de carência de no mínimo 5 anos para não causar o endividamento da juventude.

c) **Sistemas de Produção Agroflorestal II** – Fomento direcionado à juventude do Campo, das Águas e das Florestas, que seja acessado a

partir

de

projetos

que

especifiquem planejamento produtivo para curto, médio e longo prazo. O recurso deve ser acessado por via de implementos, sementes, mudas e insumos, com o objetivo de implantar agroflorestas e viveiros para produção de alimentos.

- d) **Bancos de Sementes Crioulas** Com o objetivo de buscar a consolidação de cadeias produtivas e a soberania em torno das sementes nos territórios de agricultura familiar, camponesa, ribeirinha, quilombola e indígena. Fomento para a manutenção, estruturação e/ou criação de Bancos de Sementes Crioulas.
- e) **Turismo de Base Comunitária** Fomento de uma rede turismo de base familiar/comunitária protagonizada pela juventude que abarque a educação ambiental a partir das práticas agroecológicas, cuidados com os bens comuns, trilhas, educação patrimonial, atrelando também a culinária e a cultura de cada território. A construção de linha de crédito para rede de turismo da juventude do campo e das florestas contribuirá para a geração de renda e na disseminação de uma educação ambiental pautada nos saberes populares, além de retirar e/ou mitigar a presença das empresas de turismo dos territórios quilombolas, indígenas, camponesas e da reforma agrária.

6 / Agroindustrialização

Apoio iniciativas de agroindústrias descentralizadas e/ou familiares ligadas às cadeias produtivas dos biomas е agroflorestas da juventude, apresentam que se como grandes ferramentas para agregar valor aos produtos

pelos próprios produtores e produtoras locais, rompendo a lógica rentista, aumentando a renda e a qualidade de vida das famílias, gerando empregos e também, garantindo a produção de alimentos prontos para o consumo, diretamente do campo.

7 / Comercialização

Apoio à comercialização dos produtos da juventude do campo, das florestas e das águas a partir das políticas públicas de aquisição dos alimentos do PAA, PNAE e outras políticas que insiram e valorizem os produtos advindos do trabalho da juventude.

8 / Internet, Tecnologia e Inclusão

A vida no campo não é o cenário do jeca tatu, a forma folclórica de ridicularizar o modo de vida na roça, mas **há um atraso na inclusão e acesso a tecnologias.** O século XXI vem com a revolução tecnológica 4.0, porém **o acesso à internet e sinal telefônico não é uma realidade** em todos os rincões, sertões, assentamentos.



De acordo com dados do IBGE, no Brasil há 5,07 milhões de estabelecimentos rurais, destes 71,8% não têm acesso à Internet ou seja 3,64 milhões de propriedades. Desse modo, se faz necessário garantir a comunicação e a informação como um direito básico da juventude do campo, das águas e das florestas,

promovendo a inclusão através da criação de mecanismos de integração como rede de energia elétrica, sinal de rádio, televisão e telefone, partindo da estruturação de antenas de rádio e internet, rádios comunitárias, telecentros comunitários, contribuindo para o acesso à informação, criação de redes de comercialização, educação, e uma melhor vida no interior do país.

9 / Cultura, Arte, Esporte e Lazer

a)

LGBTAKRA

A juventude se caracteriza geralmente por ser período de bastante criatividade, ousadia, de grande desenvolvimento e potencial intelectual e físico. Por outro lado, sabemos que o campo sofre com a falta de equipamentos e programas voltados ao acesso e produção cultural, artística e ao esporte. Essa carência acaba se traduzindo numa vida monótona e muitas vezes é motivo para a não permanência dos jovens no meio rural, que sentem que para desenvolver todas suas capacidades humanas precisam se deslocar para o mundo urbano. Assim, consideramos urgente:

Apoio a projetos que garantam o **acesso** às artes de um modo geral através de exposições, mostras de cinema, teatro, dança, etc, assim como a projetos de comunicação como rádios comunitárias, audiovisual, fanzines, páginas de internet:

 b) Apoio a **projetos de grupos culturais**, artísticos e esportivos, para criação, manutenção e circulação;

c) Apoio à **espaços** culturais e esportivos nos territórios rurais.

10 / Educação do Campo e Formação Técnica

A educação é um direito fundamental de todas as pessoas e deve ser atendido no próprio lugar onde elas vivem, respeitando o conjunto de suas necessidades humanas e sociais, por isso a juventude do campo deve ter acesso à educação do campo, a escolas públicas e gratuitas, a uma escola com as condições materiais necessárias à realização de sua tarefa educativa, que inclua e respeite a identidade cultural e artística dos povos do campo, das águas e das florestas.

Nesse sentido é fundamental:

- Criação da Universidade do Campo destinada a promover a formação, da juventude do campo, das águas e das florestas e de agentes públicos do Estado para atuarem nas políticas públicas voltadas a esses povos (proposta baseada na do campo unitário).
- Universalizar o acesso à educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio) pública, gratuita e de qualidade social.
- o Construção e manutenção de escolas no campo.



- Transporte intracampo que garanta o fluxo de estudantes entre escolas das próprias comunidades do campo;
- Estrutura física adequada nas escolas incluindo bibliotecas, refeitórios, locais de vivência comum, laboratórios, quadras esportivas, acesso à internet, equipamentos para experimentos agrícolas, materiais para trabalho com as diferentes linguagens artísticas.
- Apoio financeiro que permita a existência de grupos de teatro, coral, artesanato e outros espaços de aulas extracurriculares.
- Defendemos nos territórios Quilombolas uma educação com pedagogia própria, com respeito à especificidade étnico- racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos tantos nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem.
- Compreendemos que a educação indígena também precisa ser considerada e integrada tal qual a defesa e a integralidade dos Territórios Indígenas, a partir da totalidade de seus saberes, identidades e pluralidade cultural a partir da autonomia dos povos, de modo que garanta a participação da comunidade, a formação de docentes indígenas e as especificidades étnicas e culturais desde a escolarização.

No entanto, muito embora tenhamos tido alguns avanços como o Pronera, apenas 8% dos jovens do campo acessaram algum ensino médio profissionalizante.

A maioria dos assentamentos - seja quilombola, sem-terra, indígena ou de assalariados rurais - possuem escola somente até o 5° ano. Depois disso as escolas são apenas na cidade e com precárias condições de transporte. A maioria

(57%) percorre os trajetos a pé e somente 27% tem acesso a transporte escolar. Não por acaso, a evasão aumenta consideravelmente a partir do 6° ano e as taxas de analfabetismo são expressivas.



Sendo assim, temos de considerar a importância de garantirmos a educação, como também a **Formação Técnica** desses sujeitos – **Bolsa de estudos** a Jovens que estejam vinculados (as) a cursos da área de extensão rural e assistência técnica em agropecuária. Fomento à estruturação de equipes de Assistência técnica e extensão rural, com o objetivo de acompanhar processos produtivos conduzidos pela Juventude, promovendo a diversificação da produção, acesso a fomentos e/ou créditos, industrialização dos alimentos, estruturação de cadeias produtivas e de comercialização e capacitação técnica.

11 / CNH Social

Acesso à **Carteira Nacional de Habilitação**, como importante ferramenta dentro das cadeias produtivas, desde o translado de insumos, máquinas, até à comercialização dos produtos, deve ser garantido, como aporte na geração de empregos e no fortalecimento da logística dos alimentos.

Referências:

Censo Agropecuário do IBGE, disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2 017 resultados definitivos.pdf > Acesso em: 02/ 08/ 2020.

A juventude rural e o futuro da agricultura familiar no Brasil. **Teoria em Debate,** Disponível em:<https://teoriaedebate.org.br/2016/02/15/%EF%BB%BFa-juventude-rural-e-o-futuro-da-agricultura-familiar-no-brasil/> Acesso em: 02/08/ 2020.

Apesar da expansão 70% das propriedades rurais no Brasil não têm acesso a internet. **Portal agronotícias**. Disponível em: < http://www.portalagronoticias.com.br/noticia/7605/apesar-de-expansao-mais-de-70-das-propriedades-rurais-no-brasil-nao-tem-acesso-a-internet Acesso em: 02/08/2020.

ORGANIZAÇÕES

CONTAG CONTRAF CONAQ ANA RENEA ABA APIB MCP MMC MPA MAB MAB MAM MST PJR

